

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 09/03/2015

- [Obama defende direito de meninas à educação em todo o mundo](#)
- [Procuradora ressalta o grave problema do trabalho infantil no país](#)
- [SUS oferece vacina contra HPV para meninas de 9 a 11 anos](#)
- [Depoimento sem medo: livro dá voz à criança vítima de abuso sexual](#)

Assunto: Obama defende direito de meninas à educação em todo o mundo

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 09/03/2015



O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, defendeu hoje, no Dia Internacional da Mulher, o direito à educação das meninas e adolescentes no mundo. “Cada menina merece o nosso respeito e cada menina merece uma educação”, assinalou.

Este dia, segundo ele, é “para celebrar as valiosas mulheres e meninas de todo o mundo e para voltar a dedicar-nos a defender os direitos fundamentais e a dignidade de toda a gente”. O presidente e a primeira-dama, Michelle Obama, apresentaram esta semana o programa “Deixem que as meninas aprendam”, para promover a educação das 62 milhões de meninas e adolescentes em todo o mundo que não frequentam escolas.

Obama defendeu que é preciso superar as “barreiras” que impedem essas menores de frequentarem a escola.

Ele lamentou que, em muitas partes do mundo, “continue a se valorizar mais os seus corpos que as suas mentes”, algo que “está mal”, instando a comunidade internacional a atuar para reverter esta tendência.

O governo dos Estados Unidos vai impulsionar uma série de programas já existentes na África e no Oriente Médio, com o apoio da agência de cooperação Usaid [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional], e que serão centrados na educação, saúde, nutrição e violência de gênero.

“Queremos assegurar que não seja negada a oportunidade de aprender a nenhuma menina do mundo”, afirmou, sublinhando que, quando as meninas recebem educação, o impacto positivo se reflete na sociedade, na economia e na estabilidade do país.

Ressaltou também que “os lugares onde se tratam as mulheres e as meninas como cidadãos plenos e iguais tendem a ser mais estáveis e mais democráticos”. A primeira fase do programa “Deixem que as meninas aprendam” irá abranger 11 países: Albânia, Benin, Burkina Faso, Camboja, Geórgia, Gana, Moldávia, Mongólia, Moçambique, Togo e Uganda.

O governo espera conseguir apoio do setor privado e já solicitou ao Congresso US\$ 250 milhões para financiar este projeto.

Assunto: Procuradora ressalta o grave problema do trabalho infantil no país

Fonte: Promenino

Data: 09/03/2015

Promenino

Mitos rondam o trabalho infantil. Há quem diga que a atividade enobrece, que faz parte da cultura das famílias. Ainda presente no Brasil, essa violação de direitos atinge 3,1 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos – sendo 86 mil com menos de 13 anos.

O grave problema foi lembrado pela procuradora do Trabalho Sueli Bessa, da Coordenadoria de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, durante reunião de conselheiros tutelares no estado, entre os dias 6 e 7 de março.



Para Sueli, de acordo com reportagem publicada pela “Agência Brasil”, só se vê como “normal” o trabalho de crianças pobres. “Muitas pessoas aceitam como comum o trabalho de crianças que são pobres, e não das que têm boa condição financeira. Não se pode aceitar isso como uma prática que vai contribuir para o futuro da criança e para o seu desenvolvimento. É uma grave violação dos direitos infantis”, assegura a procuradora.

O encontro de conselheiros tutelares do Rio de Janeiro reuniu cerca de 100 profissionais do Sistema de Garantia para debater formas e iniciativas de combate ao trabalho infantil no estado – que tem 140 mil meninos e meninas nesta situação.

“Às vezes, os conselheiros ficam envolvidos com outras temáticas e deixam isso um pouco de lado. Para erradicar o trabalho infantil, precisamos desses parceiros na ponta”, afirma Sueli. “Os conselheiros também têm o papel de contribuir para essa mudança de mentalidade. Mostrar que o trabalho infantil é violação grave de direitos humanos.”

Assunto: SUS oferece vacina contra HPV para meninas de 9 a 11 anos

Fonte: Diário de PE

Data: 09/03/2015



Chegou a vez de as meninas de 9 a 11 anos tomarem a vacina contra o Papiloma Vírus Humano (HPV), usada na prevenção do câncer do colo do útero. A expectativa do Ministério da Saúde é a de vacinar 4,94 milhões de meninas em 2015. Junto com o grupo de adolescentes de 11 a 13 anos vacinadas no ano passado, essa pode ser a primeira geração praticamente livre do risco de morrer do câncer do colo do útero. A meta é vacinar, em parceria com as secretarias estaduais e municipais da saúde, 80% do público-alvo.

A novidade para este ano é a inclusão de 33,5 mil mulheres de 9 a 26 anos que vivem com HIV. Mais suscetível a complicações decorrentes do HPV, esse público tem probabilidade cinco vezes maior de desenvolver câncer no colo do útero do que a população em geral. A inclusão do grupo como prioritário para a prevenção segue recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Comitê Técnico Assessor de Imunizações (CTAI) do Programa Nacional de Imunizações (PNI), em conformidade com o Departamento de DST/AIDS e Hepatites Virais.

“A vacina é extremamente segura, uma proteção para a vida. Além de proteger a menina, os estudos mostram que a comunidade também fica protegida. Por isso, devemos alertar os pais e responsáveis sobre a importância da vacina. A parceria com as escolas é fundamental nesse esforço do Ministério da Saúde. Precisamos contar com a colaboração dos pais e das escolas para conseguir alcançar a nossa meta e começar a escrever uma outra história no nosso país de enfrentamento à essa doença, que é o terceiro tipo de câncer que mais mata as mulheres no Brasil”, reforçou o ministro da Saúde, Arthur Chioro, durante o evento de lançamento da campanha, em Belo Horizonte, nesta segunda-feira (9/3).

A vacina está disponível desde o início de março nas 36 mil salas de vacinação espalhadas pelo país. Para este ano, o Ministério da Saúde recomenda aos estados e municípios que façam parcerias com as escolas públicas e privadas, repetindo a estratégia adotada na primeira dose da vacina, quando 100% do público estimado, de 4,95 milhões de meninas de 11 a 13, foi vacinado. Já a segunda dose, que teve o foco a administração apenas nos postos de saúde, alcançou 2,9 milhões de meninas, atingindo 58,7% do público-alvo.

“Com a introdução da vacina, podemos reduzir drasticamente os casos de câncer do colo do útero e a taxa de mortalidade. Com isso, poderemos ter a primeira geração de mulheres livre da doença. Para isso é importante que as meninas completem o esquema vacinal, tomando as três doses da vacina, conforme o calendário preconizado pelo Ministério da Saúde”, alertou Chioro.

ESQUEMA VACINAL Para receber a dose, basta apresentar o cartão de vacinação e o documento de identificação. Cada adolescente deverá tomar três doses para completar a proteção. A segunda deve ser tomada seis meses depois, e a terceira, cinco anos após a primeira dose. A partir de 2016, serão vacinadas as meninas de 9 anos.

As meninas de 11 a 13 anos que só tomaram a primeira dose no ano passado também podem aproveitar a oportunidade de se prevenir e procurar um posto de saúde ou falar com a coordenação da escola para dar prosseguimento ao esquema vacinal. Isso também vale para as meninas que tomaram a primeira dose aos 13 anos e já completaram 14. É importante ressaltar que a proteção só é garantida com a aplicação das três doses.

Para as mulheres que vivem com HIV, o esquema vacinal também conta com três doses, mas com intervalos diferentes. A segunda e a terceira doses serão aplicadas dois e seis meses após a primeira. Nesse caso, elas precisarão apresentar a prescrição médica.

Desde março de 2014, o SUS oferece a vacina quadrivalente, que confere proteção contra quatro subtipos do vírus HPV (6, 11, 16 e 18), com 98% de eficácia em quem segue corretamente o esquema vacinal. Os subtipos 16 e 18 são responsáveis por cerca de 70% dos casos de câncer do colo do útero em todo mundo e os subtipos 6 e 11 por 90% das verrugas anogenitais.

A vacina contra HPV tem eficácia comprovada para proteger mulheres que ainda não iniciaram a vida sexual e, por isso, não tiveram nenhum contato com o vírus. Hoje, é utilizada como estratégia de saúde pública em mais de 50 países, por meio de programas nacionais de imunização. Estimativas indicam que, até 2013, foram distribuídas cerca de 175 milhões de doses da vacina em todo o mundo. A sua segurança é reforçada pelo Conselho Consultivo Global sobre Segurança de Vacinas da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Para a produção da vacina contra o HPV, o Ministério da Saúde firmou Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) com o Butantan e o Merck. Serão investidos R\$ 1,1 bilhão na compra de 36 milhões de doses da vacina durante cinco anos período necessário para a total transferência de tecnologia ao laboratório brasileiro. Para 2015, a previsão do Ministério da Saúde é de adquirir 11 milhões de doses.

CÂNCER DO COLO DO ÚTERO O câncer do colo do útero é o terceiro tipo de câncer que mais mata mulheres no Brasil, atrás apenas do de mama e de brônquios e pulmões. O número de mortes por câncer do colo do útero no país aumentou 28,6% em 10 anos, passando de 4.091 óbitos, em 2002, para 5.264, em 2012, de acordo com o Atlas de Mortalidade por Câncer no Brasil, publicação do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Tomar a vacina na adolescência é o primeiro de uma série de cuidados que a mulher deve adotar para a prevenção do HPV e do câncer do colo do útero. No entanto, a imunização não substitui a realização do exame preventivo e nem o uso do preservativo nas relações sexuais. O Ministério da Saúde orienta que mulheres na faixa etária dos 25 aos 64 anos façam o exame preventivo, o Papanicolau, a cada três anos, após dois exames anuais consecutivos negativos.

O HPV é um vírus transmitido pelo contato direto com pele ou mucosas infectadas por meio de relação sexual. Também pode ser transmitido da mãe para filho no momento do parto. Estimativas da Organização Mundial da Saúde indicam que 290 milhões de mulheres no

mundo são portadoras da doença, sendo 32% infectadas pelos tipos 16 e 18. Em relação ao câncer do colo do útero, estudos apontam que 270 mil mulheres, no mundo, morrem devido à doença. Neste ano, o Instituto Nacional do Câncer estima o surgimento de 15 mil novos casos.

Assunto: Depoimento sem medo: livro dá voz à criança vítima de abuso sexual

Fonte: Childhood

Data: 09/03/2015



“Por favor, me deixa. Não me pergunta mais nada sobre isso. Eu queria esquecer”. Este relato de uma menina de 8 anos, registrado em um dos processos da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente de Goiânia, retrata a dor de crianças vítimas de abuso sexual, submetidas a interrogatório e abre o livro Depoimento Sem Medo (?) – culturas e práticas não-revitimizantes: uma cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes, uma realização da Childhood Brasil. Escrita por Benedito Rodrigues dos Santos e Itamar Batista Gonçalves, a obra propõe experiências alternativas na tomada de depoimentos de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência sexual, e também reafirma o direito de que suas vozes sejam respeitadas e valorizadas como prova testemunhal.

O principal objetivo é evitar a revitimização de meninas e meninos, que ainda ocorre com frequência nas tomadas de depoimentos convencionais nas delegacias. O livro é resultado da análise de relatos feita pela equipe de pesquisa do projeto “Invertendo a rota: ações de enfrentamento da exploração sexual infantojuvenil em Goiás”, coordenado pelo professor Benedito Rodrigues dos Santos, e também do projeto “Culturas e práticas não-revitimizantes: reflexão e socialização de metodologias alternativas para inquirir crianças e adolescentes em processos judiciais”, realizado pela Childhood Brasil e a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP). A iniciativa também contou com o apoio da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

As crianças enfrentam um conflito de sentimentos e estresse psicológico, que passa por vergonha, medo, raiva e ressentimento, ao terem que reviver o trauma da violência quando são obrigadas a relatar o ocorrido várias vezes durante a investigação. “Preocupados com este problema, Itamar Gonçalves, Coordenador de Programas da Childhood Brasil, e eu, resolvemos desenhar um projeto juntos para que elas pudessem ter um depoimento mais humanizado”, conta Benedito.



Segundo a publicação, as experiências mais relevantes de depoimentos alternativos estão na Europa (28%), América do Sul (28%) e Ásia (16%), predominando dois modelos principais: o sistema inglês de Closed Circuit of Television (CCTV), com depoimentos por meio de circuito fechado de TV e gravação de videoimagem (64%); e o americano, com a utilização de Câmara Gesell (36%). O CCTV é o sistema mais utilizado e evita o contato da vítima com o grande público nos tribunais e ela também poderá estar acompanhada de uma pessoa enquanto presta seu testemunho.

A Câmara Gesell é um dispositivo norte-americano, usado por duas salas divididas por um espelho unidirecional, que permite visualizar a partir de um lado o que acontece no outro, mas não vice-versa. Crianças e adolescentes são ouvidos pelas autoridades judiciais, empregando escuta especializada, realizada unicamente por um psicólogo. Durante a tomada de depoimento, o trabalho desse profissional direciona-se à obtenção de um relato confiável, que possa ser aceito com credibilidade visando constituir prova testemunhal no processo. As salas devem estar equipadas com aparelhos eletrônicos para registro de áudio e imagem.

O livro também aponta que as práticas tradicionais judiciais raramente punem o abusador, por não considerarem os relatos das crianças.

“Os baixos índices de punição dos criminosos deve-se à falta de prova material. Lutamos para que a voz da criança seja considerada nos casos de violência sexual. Na medida em que ela se revela, aumentam os índices de responsabilização”, afirma Benedito.